

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Flávio e Moraes: R\$ 130 milhões vs. R\$ 134 milhões de Daniel Vorcaro

O candidato do PL a presidente da República, Flávio Bolsonaro, ganhou um presente nesta terça-feira, 1. Foi o vazamento da Polícia Federal de que investigação um segundo contrato em que o ex-banqueiro Daniel Vorcaro teria negociado a transferência de cotas de um jatinho e de um helicóptero como pagamento por ao escritório de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Mores, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O escritório da esposa do ministro soltou nota em que admite ter assinado apenas o primeiro contrato, de cerca de R\$ 130 milhões. Diz ainda que a proposta de Vorcaro não foi aceita e que “o contrato original foi extinto com a liquidação do banco”.

O caso dominou as especulações de bastidores no Congresso durante o dia. Imediatamente, nesta terça-feira mesmo, os advogados de Flávio Bolsonaro enviaram ao presidente do STF, Edson Fachin, um pedido de que o ministro Alexandre de Moraes seja declarado suspeito em ação relacionada a Daniel Vorcaro e o Banco Master.

O caso Dark Horse está sendo investigado no STF pelos ministros André Mendonça e Flávio Dino. Mendonça relata o inquérito principal, que investiga o financiamento da cinebiografia sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, repasses financeiros e doações de Daniel Vorcaro. Já Flávio Dino conduz uma frente paralela de apuração dos repasses públicos para o filme e ONGs associadas.

Na verdade, os advogados de Flávio Bolsona-

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Outros sigilos precisam cair

As estarrecedoras e gravíssimas revelações sobre o ministro Alexandre de Moraes exigem a abertura de investigação específica em relação a ele e, também, o imediato levantamento dos sigilos dos casos que citam Fábio Luiz Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro.

A transparência frisada pelo ministro André Mendonça tem que valer para todos os casos que, de alguma forma, interferem no processo político e eleitoral. Ele é relator de investigações relacionadas aos três personagens.

É igualmente necessário que Moraes seja afastado ou tome a iniciativa de se licenciar da corte. Mendonça, por sua vez, não pode usar pesos diferentes para casos tão graves. A praticamente um mês da eleição presidencial, é preciso que todos nós, cidadãos brasileiros, tenhamos acesso aos detalhes apurados sobre os inquéritos que tratam de suspeitas de tráfico de influência de filho do presidente da República e das relações entre o candidato do PL ao Planalto e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Lulinha, como é chamado, participou de forma do lobby que, de forma ilegal, tentou empurrar para o governo contratos milionários? Usou, como indicam os vazamentos, o fato de ser filho do presidente para favorecer empresas privadas? Essas pressões geraram prejuízos aos cofres públicos? Ministros e, no limite, o presidente Lula foram coniventes com essas investidas?

Da mesma forma, é fundamental saber de-

ro anteciparam-se a uma solicitação do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que pediu a Flávio Dino que investigue a atuação do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos. Lindbergh afirma que o dinheiro enviado por Daniel Vorcaro, supostamente para o filme, pode ter financiado a campanha por anistia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A defesa de Flávio Bolsonaro nega relação entre o financiamento do filme e o inquérito sobre Eduardo Bolsonaro.

O curioso da história é que o caso Dark Horse acabou cruzando o financiador do filme, ex-dono do Banco Master Daniel Vorcaro, com as suspeitas de envolvimento de ministros do STF, especialmente Alexandre de Moraes, exatamente com o ex-banqueiro preso.

Mais curiosa ainda é a troca de suspeitas e acusações entre bolsonaristas e Alexandre de Moraes envolver cifras tão semelhantes. O tal contrato do escritório de advocacia com o banco previa pagamento de cerca de R\$ 130 milhões. Já o montante da contribuição para o filme, que Flávio Bolsonaro cobrou em mensagem a Vorcaro, seria de R\$ 134 milhões.

Uma coincidência de cifras que dá bem a dimensão do imbróglio em que o Brasil se meteu nos últimos anos. Criamos juízes da mais alta Corte que não estranham o pagamento de vultosos recursos a escritórios de advocacia de seus familiares, ao mesmo tempo em que políticos da mais alta importância no país acham normal telefonar e pedir dinheiro a financistas envolvidos em histórias pouco republicanas.

E não foi só Flávio Bolsonaro quem embarcou nessa. Daniel Vorcaro circulou e espalhou presentes entre políticos de quase todos os partidos. Também não foi só com o Judiciário que ele se envolveu. Distribui benesses a rodo em órgãos do poder Executivo.

talhes das relações e das transações entre um senador e o corruptor-geral da República. A explicação de Flávio Bolsonaro de que houve um mero pedido de financiamento a uma instituição privada sequer é compatível com o seu constrangimento em relação aos fatos, com suas sucessivas versões de que mais nada haveria a ser divulgado.

Ontem, ele voltou a se calar ao ser questionado — desta vez, sobre um fato novo, a revelação, pela revista piauí, de que o Daniel Vorcaro fez, pelo menos, outro repasse milionário supostamente voltado para a produção da cinebiografia de Jair Bolsonaro.

Os vazamentos relacionados aos dois casos afastam qualquer obstáculo em relação ao fim dos sigilos. Não há nada que justifique a excepcionalidade de manutenção do segredo judicial; a população não pode ficar refém de funcionários públicos que decidem, de acordo com suas preferências políticas e partidárias, divulgar este ou aquele detalhe sobre um ou outro caso.

Nós, que pagamos os salários de policiais, procuradores e juízes — incluídos os responsáveis pelos vazamentos — temos o direito de saber o que já foi descoberto. Não é justo votarmos antes de saber o que já foi apurado, isso seria um atentado à democracia, ao direito elementar de informação.

Todas as decisões cabem ao STF que, agora, tem que fazer valer seus compromissos com a própria instituição e com a sociedade brasileira. E, já que não podem se furtar a examinar o caso de Moraes, os ministros precisam também esclarecer as suspeitas relacionadas ao Master e ao ministro Dias Toffoli.

EDITORIAL

Grandes eventos, grandes negócios

Grandes eventos não são apenas momentos de entretenimento. São importantes instrumentos de movimentação econômica, capazes de transformar a rotina de uma cidade e gerar efeitos que vão muito além dos dias de programação. Shows, festivais, feiras, congressos e competições esportivas movimentam turismo, emprego, renda e uma extensa cadeia de negócios.

O impacto começa antes mesmo da abertura dos portões. Hotéis recebem visitantes, restaurantes ampliam o movimento, companhias aéreas e rodoviárias registram maior procura, motoristas de aplicativos trabalham mais e uma série de profissionais é mobilizada. Segurança, transporte, alimentação, limpeza, produção e serviços também entram nessa engrenagem.

Por isso, cidades, estados e países que disputam grandes eventos não deveriam avaliá-los apenas pelo número de ingressos vendidos. O verdadeiro impacto está na circulação de dinheiro e na capacidade de apresentar o destino a novos visitantes. Quem chega para um show pode voltar para passar férias. Quem conhece um restaurante, um museu ou um ponto turístico pode se tornar um novo consumidor. O turismo de eventos também é uma porta de entrada para novos negócios.

É claro que grandes eventos exigem planejamento, infraestrutura, segurança e responsabilidade. Não se trata de realizá-los a qualquer custo. Mas também seria um erro ignorar seu potencial econômico. Quando bem estruturados, eles podem ser importantes instrumentos de desenvolvimento para qualquer cidade.

O Rio de Janeiro conhece bem essa vocação. A cidade recebe ao longo do ano uma agenda expressiva de grandes acontecimentos, de eventos esportivos a shows internacionais. Mas poucos têm a capacidade de movimentação do Rock in Rio.

Mais uma edição do festival representa a consolidação de uma marca que há décadas projeta o Rio para o Brasil e para o mundo. E seu impacto não fica restrito à Cidade do Rock. O público se espalha pela cidade, ocupa hotéis, restaurantes, bares, praias, pontos turísticos e espaços de entretenimento.

É gente que chega de diferentes estados brasileiros e também de outros países, especialmente de diversas partes da América do Sul, trazendo recursos que entram diretamente na economia carioca. O visitante vem para o festival, mas também consome a cidade. Conhece seus atrativos, utiliza seus serviços e ajuda a movimentar diferentes setores.

Essa é uma das grandes diferenças do Rock in Rio. Seu público não fica confinado ao espaço dos shows. Ele circula pelo Rio e transforma o festival em uma experiência que ultrapassa a programação musical. Para o turismo, isso tem um valor enorme.

O festival também demonstra a importância da continuidade. Ao longo de suas edições, o Rock in Rio ajudou a consolidar a cidade como referência internacional em grandes eventos. Essa reputação depende de organização, logística, segurança e capacidade de receber bem milhares de pessoas.

Mais uma edição bem-sucedida, portanto, não deve ser vista apenas como uma sequência de shows. É também uma demonstração da capacidade do Rio de gerar negócios, atrair turistas e se apresentar ao mundo. O espetáculo dura alguns dias, mas a movimentação econômica e a divulgação do destino podem produzir efeitos por muito mais tempo.

Grandes eventos, quando planejados com responsabilidade, não são apenas entretenimento. São negócios, turismo, empregos e oportunidades. E o Rock in Rio é um dos melhores exemplos de como um festival pode movimentar não apenas um palco, mas uma cidade inteira.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal